

O COLAPSO DAS FRONTEIRAS IDEOLÓGICAS NO MUNDO REPERCUTE, ATÉ COM ALGUM ATRASO, NA POLÍTICA DOMÉSTICA, ARREFECENDO OS ÍMPETOS SECTÁRIOS À ESQUERDA E À DIREITA.

A DIVISÃO HISTÓRICA ENTRE APOIADORES E OPOSITORES DO REGIME DE 64, QUE DE ALGUM MODO SOBREVIVEU AO PACTO DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA, TAMBÉM NÃO VIGORA MAIS.

NÃO POLARIZA AS FORÇAS POLÍTICAS NEM O ELEITORADO.

EU ACREDITO FIRMEMENTE QUE O AUTORITARISMO É UMA PÁGINA VIRADA NA HISTÓRIA DO BRASIL RESTA, CONTUDO, UM PEDAÇO DO NOSSO PASSADO POLÍTICO QUE AINDA ATRAVANCA O PRESENTE E RETARDA O AVANÇO DA SOCIEDADE. REFIRO-ME AO LEGADO DA ERA VARGAS — AO SEU MODELO DE DESENVOLVIMENTO AUTÁRQUICO E AO SEU ESTADO INTERVENCIONISTA.



Diário Sampaio/AE

Fernando Henrique na tribuna do Senado: abertura da economia e flexibilização dos monopólios.

EM 1990, QUANDO A ABERTURA COMERCIAL GANHOU VELOCIDADE, COM A ABOLIÇÃO DE MUITAS BARREIRAS NÃO-TARIFÁRIAS E O INÍCIO DO CRONOGRAMA DE REDUÇÃO DAS TARIFAS DE IMPORTAÇÃO, NÃO FALTOU QUEM PREVISSE A "QUEBRADERA" DA INDÚSTRIA NACIONAL. EM VEZ DISSO, O QUE SE TEM VISTO SÃO PROVAS DA VITALIDADE DO NOSSO PARQUE INDUSTRIAL

O ESTADO PRODUTOR DIRETO PASSA PARA SEGUNDO PLANO. ENTRA O ESTADO REGULADOR, NÃO NO SENTIDO DE ESPALHAR REGRAS E FAVORES ESPECIAIS A TORTO E A DIREITO, MAS DE CRIAR O MARCO INSTITUCIONAL QUE ASSEGURE PLENA EFICÁCIA AO SISTEMA DE PREÇOS RELATIVOS, INCENTIVANDO ASSIM OS INVESTIMENTOS PRIVADOS NA ATIVIDADE PRODUTIVA. EM VEZ DE SUBSTITUIR O MERCADO, TRATASE, PORTANTO, DE GARANTIR A EFICIÊNCIA DO MERCADO COMO PRINCÍPIO GERAL DE REGULAÇÃO.

FHC pede apoio a mudanças amplas

"O CAMINHO PARA O FUTURO PASSA POR UM ACERTO DE CONTAS COM O PASSADO", DIZ O PRESIDENTE ELEITO AO SE DESPEDIR DO SENADO.

O presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, despediu-se ontem do Senado anunciando ao Congresso que deseja reformas amplas e profundas na Constituição que ajudou a elaborar. No discurso, ele explicou que as duas prioridades do pacote de emendas são a questão fiscal e a ordem econômica. Incluem-se aí a abertura da economia ao capital estrangeiro e a flexibilização dos monopólios. "O regime fiscal da Carta de 88 é economicamente ineficiente, socialmente injusto e intrinsecamente deficitário", criticou, convencido de que a correção passa pelo sistema tributário e pela divi-

são de competências entre União, Estados e municípios, o Orçamento Federal e a seguridade. Mas tranquilizou governadores, prefeitos e o setor produtivo, garantindo que não quer mudar a distribuição da receita nem aumentar ou criar imposto novo. O caminho: divisão mais equilibrada das atribuições.

Anunciou que irá propor a revisão do dispositivo que proíbe investimentos estrangeiros em energia elétrica e mineração e o fim da discriminação entre empresa brasileira e de capital nacional. A flexibilização dos monopólios esta-tais viria para permitir parcerias

com a iniciativa privada, expandindo investimentos. E lembrou que flexibilizar não significa retirar o Estado desses setores.

A modernização do País também inclui direitos e obrigações dos servidores públicos, relações de trabalho, organização sindical e organização do Poder Judiciário. A reforma política e do sistema eleitoral também foram citadas pelo presidente eleito, mas suas propostas sobre estes temas só serão explicitadas quando enviar o conjunto de emendas ao Congresso. FHC sabe que vai assumir o governo com ampla maioria no Congresso, mas não

quer se prevalecer disso: "Uma Constituição não pode ser fruto unilateral de maiorias transitórias nem se muda com rolo compressor, mas com diálogo". Mesmo com a maioria assegurada pelo PMDB, ele vai praticar a política do convencimento. "Serei fiel à condição de político e de homem do diálogo que adquiri nesta Casa". Ele acredita que seu governo abrirá uma nova etapa na vida nacional, pois as eleições colocaram um ponto final na transição.

Salientou que "o caminho para o futuro passa por um acerto de contas com o passado". Apontou como passado político que atra-

vanca o presente o modelo de desenvolvimento autárquico e o Estado intervencionista herdados da era Vargas. Foi quando elogiou o presidente Itamar Franco, citado como aquele que conseguiu salvar do naufrágio as medidas de abertura externa e desestatização da economia. "Serei um orgulhoso continuador do trabalho do presidente Itamar", disse. Nesse sentido, o primeiro ponto será a continuidade e o aprofundamento do processo de estabilização da economia, sem descuidar da questão social. O "aprofundamento", implica no avanço da desindexação da economia e na adoção de um

novo modelo de desenvolvimento. "Nosso lema será exportar mais para importar mais", anunciou. Fernando Henrique explicou que o novo ciclo de desenvolvimento transfere o eixo da atividade produtiva do setor estatal para o privado. Ele quer acelerar o processo de privatização, estendendo-o a outras atividades e empresas dos setores de energia, transportes, telecomunicações e mineração. Para que não surjam "gargalos" na oferta de energia, transportes e telecomunicações, o País precisa investir R\$ 20 bilhões nos próximos quatro anos e o Estado não dispõe desses recursos.